

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



5.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1318

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

67.ª Reunião - Sessão Ordinária de abril (4.ª Reunião) - Realizada em 2019/05/07:

- **Deliberação n.º 199/AML/2019 - Recomendação n.º 067/02** - (2.ª e 5.ª CP) resultante do Relatório das 2.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre o Debate Temático «O Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa» - Subscrita pelas 2.ª e 5.ª Comissões Permanentes
pág. 1024 (42)

- **Deliberação n.º 200/AML/2019 - Recomendação n.º 067/03** (PS/6 IND) apresentada no âmbito da Apreciação da Recomendação n.º 067/01 (PSD) - «Progrm - 19 de abril do ano 1506» - Subscrita pelos Grupo Municipal do PS, do PSD e 7 Deputados(as) Municipais Independentes
pág. 1024 (43)

- **Deliberação n.º 201/AML/2019 - Proposta n.º 262/CM/2019** - Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão 2018 do Município de Lisboa, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva
pág. 1024 (44)

- **Deliberação n.º 202/AML/2019 - Proposta n.º 263/CM/2019** - 1.ª Revisão Orçamental 2019, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva
pág. 1024 (1449)

7. Implementação de projectos que promovam a intergeracionalidade, incluindo, habitação partilhada entre estudantes e idosos, reaproveitando e rentabilizando os espaços habitacionais.
8. Ordenamento da atividade turística deve ter em conta a capacidade de carga turística, sem afetar o meio físico, económico ou sociocultural e sem reduzir a qualidade da experiência dos visitantes.
9. Suspensão do licenciamento de novas unidades de alojamento local nas Freguesias centrais da cidade, (nos termos do regulamento a ser aprovado em breve pela AML) uma abordagem de prevenção dos impactos negativos do turismo intenso, a integração no PDM do conceito de capacidade de carga turística e a elaboração de uma Carta do Turismo de Lisboa que sirva de base à monitorização dos impactos do turismo.
10. Promoção de políticas públicas de habitação, incluindo uma reabilitação urbana que disponibilize casas para a generalidade da população. Mobilização de património da CML para arrendamento a custos controlados.
11. Pensar o turismo de um ponto de vista estratégico, minimizando-se os efeitos no planeamento urbanístico da cidade, nas políticas de habitação, nas intervenções em espaço público e também na economia nacional.
12. Afetar a taxa turística à vida e sustentabilidade da cidade, principalmente à causa dos impactos negativos do turismo, como a higiene urbana, o mobiliário urbano, a falta de apoio ao comércio e criação de instalações sanitárias.
13. Criação de novas centralidades turísticas, culturais e de comércio de proximidade.
14. Auscultação permanente das Juntas de Freguesia e associações representativas dos vários sectores, nomeadamente, da restauração, dos pequenos comerciantes, do comércio tradicional e das áreas sectoriais micro.
15. Alargar os percursos turísticos às freguesias da Coroa Periférica, mediante divulgação da identificação dos respectivos / núcleos de interesse histórico, museológico e espaços públicos com interesse patrimonial, numa articulação entre a CML, a Associação de Turismo de Lisboa, as Juntas de Freguesia e outras instituições.
16. Criação de uma estrutura de sinalética, tanto rodoviária como pedonal, para facilitar e promover o acesso aos diversos equipamentos culturais da cidade, incluindo marcos, placas, 'totens' ou outros, se possível em versão bilingue e com leitura por meio de sistemas APP.

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<https://www.am-lisboa.pt/302000/1/012052,000418/index.htm>)

DELIBERAÇÃO N.º 200/AML/2019

Tema 9 – Outros Temas

Recomendação n.º 067/03 (PS/6 IND) apresentada no âmbito da Apreciação da Recomendação n.º 067/01 (PSD) – “Programa – 19 de abril do ano 1506” - Subscrita pelos Grupo Municipal do PS, do PSD e 7 Deputados(as) Municipais Independentes

Aprovada por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ CDS-PP/BE/ PEV/ MPT/ 10 IND – **Abstenção:** PAN/ PPM

O Grupo Municipal do PAN apresentou uma “Declaração de Voto” retificando o respetivo sentido de voto, a qual se encontra anexa à Ata em Minuta e dela faz parte integrante. A referida retificação não altera o resultado final da votação.

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar):

- a) Que a Câmara Municipal de Lisboa prossiga em todas as suas ações e políticas municipais o seu compromisso com a Tolerância, o respeito pela liberdade de consciência, religião e culto dos cidadãos e pelas suas expressões individuais e coletivas no quadro da Constituição da República e a sua recusa de discriminações com base, nomeadamente, em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual;
- b) Que o memorial inaugurado em 19 de abril de 2008, no Largo de São Domingos em memória dos judeus vítimas da intolerância e do fanatismo assassinados no massacre ocorrido a 19 de abril de 1506, composto por três peças, seja restaurado e conservado de forma exemplar para que se não apague a memória e seja objeto de divulgação, através das publicações, e de iniciativas educativas e culturais com a participação do município;
- c) Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que tenha em conta nas suas iniciativas a preocupação de dar rosto e voz à diversidade de culturas que faz de Lisboa uma cidade cosmopolita e de contribuir para a educação cívica para a tolerância, que promova o respeito pela dignidade, a identidade e os direitos de todos os seres humanos;

d) Manifestar a disponibilidade desta Assembleia Municipal para participar, no quadro das suas competências e possibilidades, nas iniciativas que se realizem na Cidade que visem promover o respeito pela dignidade de todos os que nela residem ou trabalham.

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<https://www.am-lisboa.pt/302000/1/012054,000425/index.htm>)

DELIBERAÇÃO N.º 201/AML/2019

Proposta n.º 262/CM/2019 - Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão 2018 do Município de Lisboa, nos termos da proposta

Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva.

Aprovada por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ BE/ 9 IND - **Contra:** PCP/ CDS-PP/ PEV/ PPM/ 1 IND - **Abstenção:** PSD/ PAN/ MPT

Proposta n.º 262/CM/2019

Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão 2018

Pelouro: Vice-presidente João Paulo Saraiva

Serviço: DMF

Considerando as competências da Câmara Municipal em matéria de aprovação dos documentos de prestação de contas do Município.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

1. Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2018;
2. Submeter, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da referida Lei n.º 75/2013 e do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os supra referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal;
3. Submeter, nos termos previstos no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício, com o valor de 51.277.292,66 euros (cinquenta e um milhões duzentos e setenta e sete mil e duzentos e noventa e dois euros e sessenta e seis cêntimos):
 - a. 5% daquele valor 2.563.864,63 euros (dois milhões quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos) para Reservas Legais, nos termos previstos no ponto 2.7.3.5 do POCAL;
 - b. Os remanescentes 48.713.428,03 euros (quarenta e oito milhões setecentos e treze mil e quatrocentos e vinte e oito euros e três cêntimos) para a conta de Resultados Transitados.